

O MOVIMENTO “ZÉ PIÃO”:

Análise Psicossociológica da Constituição de uma Oposição Sindical

Vanderlei A. Amado e Leoncio Camino*

RESUMO

Neste estudo pretendemos descrever a formação do Movimento “Zé Pião”, grupo de trabalhadores em oposição a dirigentes pelegos. Com esta finalidade utilizamos o método de História de Vida. Os dados das entrevistas nos permitem distinguir três momentos no processo de formação deste movimento: 1] A diferenciação da massa; 2] A capacitação para atividade coletiva; 3] A transformação progressiva das ações coletivas.

Categorias como Problematização das Necessidades e Identidade Social mostram-se bastante úteis na compreensão do processo de afiliação dos sujeitos ao Movimento “Zé Pião”.

Palavras chave: Psicologia social, identidade social, ações coletivas, movimentos operários.

THE “ZÉ PIÃO” MOVEMENT: psychosociological analysis of the construction of a trade union opposition

ABSTRACT

In this study we intend to describe the organization's process of the “Zé-Pião”, a trade-unionist movement in opposition to rightist dirigents. In order to do this, we use the life-story method. The data from the interviews allow us to distinguish three moments in the organization's process of the movement: 1] differentiation from the mass; 2] capacitation to collective activities; and 3] progressive transformation of social action.

Categories as problematization of needs and social identity where useful to understand the affiliation of subjects to “Zé Pião” movement.

Key words: Social psychology, social identity, social actions, labor movements.

*Professores de Psicologia Social - Universidade Federal da Paraíba
Caixa Postal 55069, Cidade Universitária CEP 55 8051-970. João Pessoa, Pb.

Introdução

No dia 22 de dezembro de 1986 participamos do ato de posse da Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e do Mobiliário de João Pessoa (STICCM). Após a cerimônia, curta e simples, foram removidos os quadros que se acumulavam na sala de reuniões, com fotos emolduradas de antigos presidentes do Sindicato, e de ex-presidentes da República do período da ditadura militar. Era a vitória de um grupo de trabalhadores da construção civil que se auto-denominava “Zé-Pião”¹.

Este ato marcou simbolicamente a ruptura com uma política sindical de colaboração com o governo e os patrões e constituiu-se num momento privilegiado de análise de nossa participação como assessores nesse movimento e de nossos esforços para elaborar uma reflexão mais sistemática sobre a transformação de trabalhadores comuns em ativistas sindicais. De fato, este trabalho é fruto dessa participação e dessa reflexão que, da perspectiva da Psicologia Social, tenta reconstruir a origem do movimento “Zé Pião” através da trajetória de seus personagens principais.

1. O “Zé-Pião”: Sua origem e sua conjuntura

O movimento “Zé-Pião”, constituído no início dos anos 80 pelos trabalhadores da construção civil em oposição à direção sindical pelega, começou a se articular num momento em que a ditadura militar perdia o controle sobre o movimento popular. Para entender este processo devemos lembrar que as sucessivas crises econômicas dos anos 70, com o fim do “Milagre Brasileiro” enfraqueceram o pacto das classes dominantes que sustentava o regime militar.

Era a crise política que começou a se manifestar com a votação expressiva em 1974 da oposição consentida (MDB) e o contínuo movimento de entidades de classe média como OAB, SBPC, ABI, etc. Tiveram participação decisiva nesse processo de abertura política o movimento nacional pela anistia e, particularmente, o movimento grevista que explodiu no ABC paulista. Rapidamente este movimento espalhar-se-ia para o Brasil inteiro. Se em 1978, um expressivo número de meio milhão de trabalhadores

participaram de movimentos grevistas, em 1979 participaram mais de 3 milhões de trabalhadores (Verdelho, 1984).

Os movimentos grevistas do final dos anos 70 indicavam que, frente ao peleguismo sindical reforçado pela ditadura militar, começavam a surgir movimentos de renovação e de oposição à estrutura sindical (Hirata, 1980). Na Paraíba os trabalhadores da construção civil, organizados por fora do Sindicato, participaram em 1979 da primeira campanha salarial pós 64. Começavam a aparecer na cena social os personagens de nosso estudo. Para entender o surgimento deste movimento é importante lembrar que, nos anos 70, tanto na Paraíba quanto no Brasil inteiro, a Igreja Católica fornecia espaço de organização e manifestação dos trabalhadores no campo e na cidade.

Foi nos grupos da Igreja de João Pessoa – Comunidades Eclesiais de Base (CEB), Pastoral Operária e Conselhos de Moradores - que nossos personagens despertaram para a ação sindical. Desde a sua origem, em 1976, a Pastoral Operária vinha reunindo trabalhadores de diferentes categorias nos diversos bairros de João Pessoa para discutir seus problemas. Foi principalmente a partir de uma reunião conjunta dos grupos da Pastoral Operária, no final de 1978, que se intensificaram a discussão sobre sindicato, culminando, em meados de 1979, com a organização de uma coordenação de trabalhadores da construção civil para a participação na campanha salarial. Em meados de 1981 retomou-se o processo de organização, agora não mais a partir daquela antiga coordenação, mas a partir dos trabalhadores da construção civil que participavam da CEB do Alto do Céu².

Esta nova organização rompeu com a estrutura de grupo misto (trabalhadores de diferentes categorias da Pastoral Operária), constituindo-se num núcleo inicial que dá origem a um movimento de oposição sindical.

Em maio de 1983 este movimento de oposição sindical, cada vez mais fortalecido pela afiliação de novos integrantes, lançou o boletim “Zé Pião”, o qual passou a identificar a chapa que concorreu às eleições sindicais naquele ano, assim como o próprio movimento. No ano de 1986, finalmente, o movimento assumiu a direção do sindicato.

¹ O termo “Zé Pião” faz referência ao trabalho não qualificado da construção civil, o peão. Preferimos manter a grafia que o grupo de oposição adotou no seu boletim.

³ Comunidade de Mandacarú, bairro de João Pessoa constituído em sua maioria por trabalhadores de baixa renda.

2. A Abordagem Psicossocial.

Ao decidir investigar sistematicamente os acontecimentos vividos pelas lideranças do "Zé Pião" baseados na perspectiva psicossociológica, escolhemos como questão fundamental a pergunta: Que processos levaram os dirigentes do Movimento "Zé Pião" a constituir e liderar uma oposição sindical?

As primeiras interpretações teóricas no campo da Psicologia Social sobre o que leva os indivíduos a participar de ações coletivas e movimentos de massa datam do final do século passado e início deste (Le Bon, 1895; Tarde, 1898, 1901; Sighele, 1898). Podemos interpretar estes trabalhos como a resposta da sociedade civil e acadêmica às ondas de manifestações e tumultos produzidas pelo descontentamento da nova classe trabalhadora que se formava no bojo da Revolução Industrial.

Reicher (1984) sugere que o interesse era menos o de entender os fenômenos sociais que estavam acontecendo e mais o de desacreditar os movimentos de massa e criar as condições de uma "solução científica" do problema. Escolhendo modelos de sugestão hipnótica, derivados de estudos psiquiátricos, os pensadores da psicologia das massas pretendiam assim desqualificar as ações de massa decorrentes da organização operária (Apfelbaum & McGuire, 1986).

De fato, as teorias e pesquisas sobre os movimentos sociais produzidas na Psicologia Social acompanham de uma maneira não-linear a história desses conflitos e fazem parte dela (Camino, 1989). Assim a visão dos cientistas sobre a natureza dos movimentos sociais evoluiu de uma concepção negativa inicial para a compreensão do caráter racional e de função transformadora dos movimentos sociais (Moscovici, 1981; Reicher, op.cit.; Rude, 1982).

Embora não se tenha ainda construído na perspectiva da Psicologia Social uma teoria sistemática dos Movimentos Sociais, algumas características do pensamento atual sobre o tema podem ser consideradas. A participação nos movimentos sociais não é mais explicada numa perspectiva individual mas recolocada nas relações intergrupais (Tajfel, 1978). Tratando-se de relações intergrupais dá-se grande ênfase ao estudo da articulação entre a consciência social do grupo e a ideologia produzida nesses conflitos (Toch, 1965; Rude, op.cit.). No estudo desta articulação, novos conceitos como identidade social (Reicher, op.cit.) e imaginário social (Sader, 1988), são introduzidos nos movimentos sociais.

Recorreremos em nossa reflexão sobre os movimentos sociais a esta nova perspectiva conceitual, em-

bora reconheçamos que ela se encontra ainda num nível embrionário de desenvolvimento. Portanto, mesmo utilizando algumas categorias interpretativas, nosso objetivo será descrever o mais sistemática e fielmente possível, o que levou um grupo de trabalhadores da construção civil a organizar e liderar o Movimento "Zé Pião".

3. Método

Para atingir este objetivo, que implica a reconstituição da origem do Movimento "Zé Pião", a técnica mais adequada pareceu-nos ser a História de Vida (Camargo & Colab., 1983; Camargo, 1984).

Através das histórias de vida, recolhidas a partir de um roteiro previamente preparado, buscamos reconstruir a experiência dos sujeitos de maneira longitudinal, pretendendo desta maneira identificar as categorias relevantes presentes no processo de filiação. Esta atitude atendia a nosso pressuposto metodológico porque no processo inicial de investigação o mais importante é encontrar categorias corretas que permitam posteriormente estudar o objeto de uma maneira mais quantitativa.

O material empírico não se limitou aos dados de história de vida dos personagens estudados. Dois outros tipos de dados foram utilizados de maneira complementar: os documentos do movimento, que serão citados em certas ocasiões a fim de ilustrar o quadro ideológico onde se situavam os personagens estudados e as anotações do primeiro autor deste texto feitas durante o período estudado.

A fim de determinar a população a ser estudada, entrevistamos inicialmente um membro da Pastoral Operária que se destacava naquele período e dois diretores do Sindicato. A partir destas entrevistas a população a ser entrevistada, constituída de oito trabalhadores: cinco que pertenciam à Pastoral Operária no período 78/79 e que participaram dos primeiros momentos do Movimento em Oposição e três diretores do Sindicato, agregados ao Movimento "Zé Pião" após 1981.

4. Categorização dos Dados

Para a categorização dos dados obtidos a partir das histórias de vida, procedemos em duas etapas. Primeiro procuramos combinar seqüências cronológicas com núcleos temáticos, constituindo assim unidades empírico-teóricas que organizariam os diferentes núcleos ou momentos do processo de engajamento de

nossos personagens na oposição sindical. Posteriormente, nas unidades assim constituídas, debatemos as categorias que permitiriam uma melhor compreensão destes núcleos. Este procedimento nos pareceu o mais eficiente para dar conta da complexidade do processo, pois permitiu-nos levantar categorias explicativas.

No primeiro núcleo que denominamos de “**Processo de Diferenciação da Massa**”, partimos da constatação de uma igualdade inicial quanto às condições de vida e à consciência da pobreza entre os nossos personagens e o conjunto do povo pobre. O que os vai diferenciar é a participação num tipo de grupo associativo comunitário. No segundo núcleo cronológico-temático, que denominamos de “**Processo de Capacitação para a Luta**”, constatamos que é no grupo comunitário que se explicita a necessidade e a viabilidade de soluções das necessidades dos sujeitos através da ação coletiva. Finalmente, no terceiro núcleo “**Processo de Transformação das Ações Coletivas**”, mostramos como as ações comunitárias transformam-se (ou incorporam no caso estudado) em ações sindicais.

Os dois primeiros núcleos permitirão estudar alguns aspectos psicológicos do engajamento social, enquanto o terceiro núcleo cronológico-temático permitirá estudar como as condições estruturais (sócio-políticas e ideológicas) determinam a evolução das ações coletivas.

4.1. Processo de diferenciação da massa

Cerca de uma dezena de trabalhadores da construção civil de João Pessoa são os responsáveis pela criação do movimento “Zé Pião”. O que essa dezena tem de especial que a leva a se diferenciar numa categoria de cerca de 30 mil trabalhadores? Pela metodologia que empregamos, nossos dados não nos autorizam a dizer que, no conjunto, esses trabalhadores desde o início da vida tenham revelado traços especiais de personalidade e de liderança ou que tenham sido especialmente forjados para a luta sindical.

Várias pesquisas mostram que lideranças de ações coletivas manifestam certos traços de personalidade como um maior Controle Interno (Lefcourt & Lawing, 1965) ou certas disposições mentais como uma menor Crença no Mundo Justo (Camino, 1988). Mas estas pesquisas, pela sua metodologia, não mostram se estas características psicológicas precedem as experiências anteriores dos sujeitos em outras ações coletivas e/ou movimentos sociais. Aliás, como veremos a seguir, nossos dados indicam que certas características tradicio-

nalmente ligadas ao comportamento oposicionista como consciência social, sentimento de injustiça, etc., parecem desenvolver-se nas experiências de luta e não serem necessariamente a sua causa.

Para responder a nossa pergunta sobre o que leva os nossos personagens a se diferenciarem do conjunto dos trabalhadores de sua categoria, examinamos as descrições que eles dão de sua vida até as suas primeiras experiências comunitárias. O relato da história de vida de cada um desses trabalhadores mostra um quadro de pobreza que não difere das condições de vida do conjunto dos trabalhadores brasileiros em geral e nordestinos em particular (Haguette, 1984). Uma vida marcada pelo trabalho que se inicia quando criança no campo e se prolonga após sua chegada na cidade.

Os trabalhadores entrevistados começaram a realizar tarefas domésticas e/ou no roçado em média aos 8 anos de idade. Nessas condições não é de se admirar que a maioria tenha tido uma educação escolar irregular, mal tendo sido alfabetizados. A necessidade de conseguir empregos melhor remunerados, embora não possuíssem nenhuma especialização, os levou ao serviço de servente de pedreiro, que é a porta de entrada da carreira na construção civil. Embora a maioria de nossos sujeitos entrassem como serventes no mercado de trabalho, rapidamente todos eles manifestaram o desejo de aprender e evoluir nesta área. No entanto, o empenho em aprender a profissão não é um fator que, por si só, distinga a futura liderança da massa de trabalhadores, pois é um traço que aparece com relativa frequência na categoria (Coutinho, 1975).

Constatamos pois que nossa futura vanguarda partilhou a pobreza desde a infância e as condições de exploração no trabalho da construção civil. Participou igualmente, como a maioria dos trabalhadores desta categoria, do desejo de se aperfeiçoar na profissão. Nada disto aparece como condição suficiente para dirigi-los para a luta, para a participação ou organização de um movimento sindical. Além do mais a experiência sindical é uma exceção. Só tivemos dois trabalhadores com experiência de ação sindical anterior à participação no grupo da Pastoral Operária.

Haguette (1984) mostra que a situação de pobreza e exploração das classes subalternas no Nordeste gerou uma consciência contraditória, imediatista e desinformada nos indivíduos dessas classes. Podemos concluir que muitos dos trabalhadores que vão constituir o movimento de Oposição Sindical manifestavam anteriormente as características da consciência social apontadas por Haguette. Existia neles

uma consciência da pobreza. Entretanto, esta consciência social ainda não possuía elementos que levassem a uma ação coletiva.

Um dos problemas essenciais na abordagem psicossocial dos movimentos sociais é explicar a passagem da experiência da necessidade concreta à participação ou à organização de uma ação coletiva. Esta situação pela qual alguns indivíduos passam, é descrita como “problematização das necessidades” por Toch (1996). Como se dá a percepção da viabilidade e da conveniência de mudar uma situação problemática e a vontade de se comprometer pessoalmente nesse processo será discutido no segundo núcleo. Neste núcleo da “diferenciação da massa” vamos nos ater a constatações de um fato comum a nossos sujeitos: a participação num grupo associativo (Pastoral Operária, CEBs, Associação de Bairro, etc.) e a importância atribuída a esta participação no engajamento posterior no movimento de oposição sindical.

No que se refere à participação num grupo associativo constatamos que, na maioria, a decisão de entrar num desses grupos não se deve a um propósito inicial de resolver os problemas da pobreza. Exceto em dois casos em que havia experiência anterior de ação sindical ou política, todos os outros não tinham nenhuma experiência em ação coletiva. O envolvimento nestes grupos deveu-se a várias razões.

Em alguns casos trata-se do desdobramento da prática religiosa. Um depoimento desta situação é dado pelo trabalhador B:

Em João Pessoa eu comecei assistir à missa, como eu assistia antes nos outros lugares onde morava. Então comecei a fazer amizade com o pessoal que era da construção civil e que participava da missa.. Então tava havendo convite para as pessoas participar do movimento e foi daí que entrei na pastoral, nos grupos que faziam parte do movimento a nível de João Pessoa.

Em outros casos a justificativa para entrar num grupo associativo é o contato social, pela necessidade de ampliação deste, como diz o trabalhador C:

Às vezes a gente está sem fazer nada, então tem um grupo de companheiros que discute os problemas dos trabalhador, então eu acho bom a gente tá conversando assim prá gente.. Eu não conhecia ninguém, quando eu comecei nessa linha aí, eu já fui incentivado pelos outros, por alguns companheiros. Tô até hoje.

Outras vezes o contato social é uma decorrência até fortuita de uma atividade de lazer, como expressa o trabalhador G:

“Aí eles criam a associação, eu participei da eleição como eleitor. (...) Bom, quando é um mês depois vaga um cargo na associação. Como eu estava entrosado com o pessoal do time de futebol aí um menino me chama prá assumir, e eu disse que não (...) mas eu entrei, rapaz com um interesse danado, depois que eu estava dentro da coisa eu fiquei interessado em conhecer a coisa, saber de tudo”.

O grupo comunitário num primeiro momento não aparece como um instrumento de ação coletiva. A participação no grupo é uma forma de romper o isolamento imposto pelo deslocamento do campo para João Pessoa, e de construir um espaço para além da reprodução da força do trabalho. O que vemos é um encadeamento de relações, da missa para o grupo comunitário, do grupo de amigos para a pastoral operária, do time de futebol para a associação de moradores. O que vemos é o desenvolvimento de formas quotidianas de relações sociais em novas formas de relação onde a partir das necessidades concretas começa a se delinear tanto a necessidade de alguma ação coletiva como a sua viabilidade. O que constatamos neste primeiro momento é que os motivos para a primeira participação num grupo associativo parecem decorrer naturalmente de relações sociais quotidianas. Como veremos mais adiante, esta característica inicial determinará de uma maneira profunda a dinâmica subsequente do engajamento futuro.

Em resumo, na análise deste núcleo cronológico que denominamos de “Processo de Diferenciação da Massa” constatamos primeiro uma igualdade inicial entre a futura vanguarda dos trabalhadores da construção civil e o conjunto dos trabalhadores, uma vez que partilhavam as mesmas condições de pobreza e a mesma consciência inicial da exploração. Segundo, observamos que a consciência da viabilidade e da conveniência da mudança da situação e do desejo de engajar-se pessoalmente nessa mudança só será dada após a entrada num grupo associativo. Finalmente concluímos que essa entrada se caracteriza por ser um desdobramento natural de relações sociais quotidianas.

4.2. Da capacitação para a luta

Todos os nossos personagens participaram, antes da formação do Zé Pião, de algum grupo ou associa-

ção comunitária, sejam as Comunidades Eclesiais de Base, a Pastoral Operária ou as Associações de Moradores. Nossos dados indicam que a participação nestes grupos foi considerada, por nossos sujeitos, como decisiva para o engajamento futuro na organização do "Zé Pião". Esta constatação é resumida na fala de um dos personagens (G):

(...) mas minha entrada mesmo no grupo da construção civil, talvez se não fosse a associação eu não tivesse entrado, porque eu tinha me isolado mais.

Mas que papel desempenham estas primeiras organizações comunitárias? A análise das respostas dadas por nossos sujeitos nos permite desvendar dois fatores que descrevem o papel exercido pelas organizações comunitárias. O primeiro fator pode ser denominado de "aprendizagem de competências sociais". De fato, Evers, Muller-Plantenberg & Spessart (1985) e Scherer-Warren (1987) já haviam sugerido que as organizações sociais são importantes não só pelas ações para fora que organizam mas também pelos processos internos de grupo que propiciam: tanto elas estariam produzindo "embriões" de um novo relacionamento sociocultural quanto criando condições de novas aprendizagens.

Dentro das novas aprendizagens destaca-se, nas respostas de praticamente todos nossos sujeitos, a capacidade de falar e a importância no confronto com as autoridades. Assim um dos nossos sujeitos a descreve:

Naquela época era Damásio Franca que era o prefeito. A gente marcou uma passeata prá lá (...). Na segunda-feira, o pessoal disse: "Não vai ter passeata, porque Damásio vem praí (...). Nós tentamos colocar em prática aquilo que já tava decorado prá prefeitura, prá usarmos aí (...). Nós levamos o megafone, não tinha serviço de som, nós tínhamos megafone a pilha. E a gente chegou lá. Eles também não tinham, tiveram que usar nosso megafone. Aí o controle era nosso., Falava na ordem: um deles tinha a palavra, um de nós tinha a palavra, era alternado, sabe?"

Bastante semelhante é o depoimento do trabalhador C:

Ficou prá uma comissão pegar Burity (governador do Estado) aí, e tentar trazer para cá (...). Eu sei que Burity veio, a gente tinha um carro

que tinha quatro projetores de som, que era da comunidade daqui, e ele tinha um carro com muitos projetores.. que era não sei quantas bocas lá. Eu sei que ele vinha vender o peixe dele, naquele som alto, aí por felicidade nossa e por infelicidade dele o carro virou, logo antes dele chegar (...) e teve que usar o nosso! (...). Eu sei que era uns três ou quatro na coordenação. (As autoridades) tentaram tirar (a coordenação do controle de som e da manifestação).

É importante entender que, para eles, o conteúdo e a forma das reuniões realizadas nessas comunidades levam a um conjunto de aquisições. Nessas reuniões os sujeitos aprendem a importância da palavra, aprendem a dizer sua palavra no grupo composto de trabalhadores simples como eles e aprendem a dizer sua palavra frente aos que eles consideram competentes para falar. Sheerer-Warren (op.cit.) sugere que as experiências comunitárias estão gerando "uma ruptura da cultura do silêncio" e formando uma nova cultura sócio-política.

Finalmente, um fator decisivo que estes grupos comunitários apontam é a criação de uma "identidade social" (Tajfel, 1981; Vala, 1993). Em todos os nossos entrevistados constatamos que ao referir-se às primeiras lutas no interior destas primeiras comunidades, eles começam a utilizar o "nós" em oposição a "eles". É verdade que esta primeira diferenciação se dá de uma maneira bastante geral e abstrata. Por "nós" se entende a gente pobre, o povo, a comunidade. Por "eles", a autoridade, o governo, seja no sentido abstrato seja concretamente citando os nomes das autoridades. Mas esta distinção inicial não se produz só no aspecto cognitivo, ela está impregnada de um conjunto de atribuições: desconfiança, atribuição de culpa, etc. Assim "C" nos disse:

Aí o cara começou a dizer: Burity resolve o problema de vocês. Aí (a coordenação) disse: Não, o povo não tá mais acreditando nessas conversas, não! (...).

Ele (o político) ainda disse lá que (quem) fez aquilo ali (fechar a passagem de nível).. o pessoal (que) fez aquilo ali, não pensaram no povo, mas sabendo que o culpado era ele mesmo!

É interessante notar que os sujeitos com experiência ligada à Igreja Católica recuperam, na construção do "nós", a tradição bíblica a partir da releitura feita pela teologia da libertação.

A gente tinha uma falta de água medonha aqui no bairro (...). E aí o pessoal, naquela época, começou a lutar pela água daqui (...). Eu me lembro que o Evangelho falava sobre Moisés, que Deus mandava Moisés bater na rocha que dela saía água. E aí na sociedade suja que nem essa em que nós estamos, isso é mesmo que ser uma rocha poderosa. A gente vamos ter muita fé e vamos força que nós consegue água. E o povo se entusiasmava. E a gente fez a caminhada, foi ao palácio (...).

Podemos concluir que o rico conjunto de experiências vividas por nossos personagens nos encontros comunitários, junto com os referenciais ideológicos (teologia da libertação) e suportes materiais (megafone, etc.) dessas organizações, constituem um processo de capacitação para a luta pelos próprios interesses.

Estas experiências levaram os personagens entrevistados primeiramente a se engajar, organizar e liderar um conjunto de ações coletivas nos bairros em que moravam e posteriormente a se unirem para participar da formação da oposição sindical dos trabalhadores da construção civil. Isto nos leva a estudar o processo pelo qual os nossos personagens passam da luta comunitária à luta sindical.

4. 3. Processo de transformação das ações coletivas

Já vimos que foram os trabalhadores com experiência de luta nos bairros que organizam a oposição sindical dos trabalhadores da construção civil. Podemos nos perguntar agora o porquê desta seqüência. Ela é uma seqüência natural e, portanto, invariável da natureza das lutas, ou ela depende de fatores externos?

Para responder a esta pergunta constituímos o terceiro núcleo cronológico-temático que compreende o período de 1979, onde pela primeira vez se estabeleceu, na Pastoral Operária (PO), um plano concreto de intervenção no Sindicato. Para entender o processo de transformação das ações coletivas acontecidas neste período, devemos explicitar as razões pelas quais a Pastoral Operária não apontou, até 1979, a luta sindical para os trabalhadores da construção civil. A primeira foi a importância dada pela própria pastoral à luta comunitária. A segunda razão, foi a própria estrutura da pastoral, que reunia trabalhadores de diferentes categorias por local de moradia, fazendo com que as questões que podiam mobi-

lizar todo o grupo fossem aquelas partilhadas por todos, a saber, as questões decorrentes do local de moradia. Finalmente, a resistência e a desconfiança dos trabalhadores em relação aos sindicatos pelegos daquele período.

Mas como se desenvolveu no seio da Pastoral Operária, apesar dessas dificuldades, a organização da luta sindical? As diversas respostas podem ser catalogadas em duas categorias. Na primeira categoria as respostas fazem referência a uma influência externa:

Nessa época o movimento sindical era tão apagado, sabe? Ninguém ouvia falar, somente lá no sul que funcionava. (A)

Eu acho que a campanha a gente não conhecia ainda esse.. essa reivindicação tão assim rigorosa (...). Acho que foi alguém que veio da.. da pastoral nacional, passou por São Paulo, acho que você.. não sei quem foi.. mas sugeriu a idéia que a gente deveria entrar lá e fazer uma campanha salarial. (D)

Quem me botou (no movimento sindical) praticamente foi você (o entrevistador). Eu tava na sua casa fazendo um serviço lá (...) e aí de repente aparece uns convites para discutir justamente a campanha salarial (...). (G)

Como se pode constatar nestes exemplos, as influências externas fazem referência tanto ao ressurgimento do movimento sindical e as greves já mencionadas em S. Paulo como as informações e sugestões passadas por agentes da PO. Contrastando com as referências à influência externa, outras respostas dos mesmos sujeitos podem ser classificadas como fazendo menção às necessidades dos trabalhadores:

A idéia da participação na campanha nasceu em cima de uma necessidade dos trabalhadores, a gente já tava vendo um pouco mais na construção civil um outro quadro, e o núcleo dos capitalistas, e aí a gente teria tendência que ele aumentasse o nosso salário, e a gente tinha tendência que lutando a gente conseguiria um piso salarial. (D)

Eu convidei o Luís para ir nesse encontro que era o interesse da gente, se ia discutir o salário da gente era bom, que a gente tivesse lá. E reuni uns seis trabalhadores. (G)

As respostas dos sujeitos nos permite concluir que a transformação das lutas se dá numa interação dialética entre as necessidades dos sujeitos e as propostas organizativas e de ação disponíveis nessa situação. Esta constatação parece adequar-se à concepção teórica de Toch (op.cit.), de que a filiação a um movimento social é produto da “transação” entre a suscetibilidade produzida pelo impacto da situação social problematizada pelo sujeito e os apelos deste movimento. As diversas histórias de vida de nossos atores nos remete à questão da conceituação dos movimentos sociais, na medida em que percebemos não só um deslocamento de um movimento a outro, mas também um inter-relacionamento de movimentos, uma militância que combina diversas lutas.

A interpretação sociológica marxista da evolução das ações coletivas pressupõe que das lutas mais imediatas passa-se a lutas cada vez mais gerais e políticas. Nesta concepção está implícita a distinção entre as lutas no nível da reprodução e as lutas no nível da produção (Castelles, 1983; Machado da Silva & Ribeiro, 1985). Sem entrar no mérito desta concepção teórica, para nós a evolução, neste período, de lutas urbanas em lutas sindicais, no Brasil, explica-se por fatores conjunturais. A evolução nas formas de luta deve-se ao fato de que a existência de espaços de organização nos bairros é anterior à abertura de espaços sindicais. Pela forte repressão que sofreu e pelo desvirtuamento do seu caráter de luta, o Sindicato, após a intervenção da ditadura militar, não permitiu maior participação dos trabalhadores, sendo portanto natural que o espaço de capacitação dos trabalhadores tenha se deslocado para os bairros, onde não havia um controle maior dos órgãos repressivos.

5. Conclusão

Propusemos neste trabalho a descrição e análise do processo de constituição de um movimento social feito a partir da trajetória de suas lideranças, procurando explicitar como ocorre o engajamento destas lideranças neste movimento. Para isto, pareceu-nos no início do estudo que o método mais adequado seria a comparação entre a história de vida de cada um de nossos personagens e os dados sócio-históricos das organizações nas quais eles participaram. Acreditamos que nossa abordagem revelou-se fecunda para identificarmos um conjunto de características de nosso objeto de estudo.

Entre estas características constatamos a semelhança inicial de nossos personagens com o conjunto

de trabalhadores em relação às condições de vida e à percepção desta. A diferenciação começa com a entrada dos nossos personagens em grupos comunitários. Nas entrevistas, constata-se claramente que nossos sujeitos iniciam sua participação nestes grupos comunitários como desdobramento de outras atividades: religiosas, de lazer, culturais, etc. Denominamos este processo de “Diferenciação de Massa” cuja característica fundamental pode ser descrita como o enfraquecimento de respostas de luta e esforço individuais ante os problemas vividos, com o correspondente fortalecimento de ações coletivas como forma de resolução desses problemas.

Pesquisas realizadas na UFPb mostram que os sujeitos com maior crença na mudança social através de ações coletivas são aqueles que mais participam das invasões urbanas na periferia de João Pessoa (Pereira, 1993; Camino & Del Prette, 1990; Camino, Ismael & Brandão, 1994). Estudos da mesma equipe (Camino, Ismael, Oliveira & Brandão, 1994) mostram que embora a maioria das crianças acreditem no esforço pessoal como meio de ascensão, filhos de sindicalistas começam a desenvolver crenças na mudança social atingida pela união.

De que maneira as primeiras experiências comunitárias transformam nossos sujeitos? A primeira constatação é o fato dos grupos, particularmente as CEBs e a Pastoral Operária, terem criado um quadro referencial onde se destaca a figura do pobre como povo escolhido, privilegiado, e a esperança da liberdade final. A função destes quadros de referência seria a de ajudar o grupo tanto a interpretar os problemas comuns e as possíveis alternativas, quanto a avaliar os resultados das lutas, reforçando ou mudando os quadros da referência.

É evidente pelas declarações de nossos personagens que nas reuniões se constituía a diferenciação fundamental entre o “nós” da comunidade e o “eles” das autoridades, dando-se início à formação de uma identidade social (Tajfel, op.cit.). A identidade dos sujeitos com um grupo social parece estar na base de diversas formas de ação coletiva (DiGiacomo, 1980; Reicher, op.cit.; Vala, 1993). Mas além desta função fundamental as experiências comunitárias possuem uma característica pedagógica. Elas facilitam um processo de intensa aprendizagem de competências sociais tais como falar, organizar, etc. Sustentar a própria fala, rompendo a “cultura de silêncio” (Scherer-Warren, op.cit.), e superando o papel secundário reservado às classes populares nas sociedades capitalistas, parece cons-

tituir uma das aprendizagens mais importantes dessas primeiras experiências comunitárias. Outro fato que se deduz do discurso de nossas lideranças é o reconhecimento implícito (raramente explícito) da importância de certos elementos como conhecimentos (dissídio, piso salarial, etc.), instrumentos (megafone, carro de som), técnicas pedagógicas (representações), contatos diretos, etc., introduzidos por agentes ou instituições externas.

Finalmente, voltando nossa atenção ao terceiro núcleo estudado, constatamos que a transição da luta comunitária para a luta sindical ocorre num primeiro momento, pelas especificidades de um dos tipos de grupos, a Pastoral Operária, que incentiva a ação sindical. Sugerimos que esse tipo de transformação não segue necessariamente uma regra de evolução natural mas parece ser produto de circunstâncias conjunturais. Neste processo destaca-se a relação dialética ou "transação" (Toch, op.cit.) entre as necessidades dos sujeitos e as alternativas ou "apelos" já existentes.

Para concluir, acreditamos ter levantado uma série de problemas teóricos, a partir do caso "Zé Pião", relativos à constituição dos Movimentos Sociais. Entretanto, as respostas oferecidas, dado o caráter exploratório de nossa metodologia, só podem ser consideradas como sugestões a serem verificadas noutras pesquisas. Acreditamos que uma abordagem psicossociológica dos Movimentos Sociais, no momento em que se articule com os conhecimentos sociológicos e antropológicos, possa colaborar, e muito, não só para uma melhor compreensão desses movimentos, mas também, para o desenvolvimento concreto das lutas populares.

Referências Bibliográficas

APFELBAUM E. e MCGUIRE G. - Models of Suggestive Influence and The Disqualification of The Social Crowd. In: C.F. Graumann e S. Moscovici (Orgs.) *Changing Conceptions of Crowd Mind and Behavior*. New York, Springer-Verlag, 1986.

CAMARGO A. et ali - História de Vida na América Latina In: *BIB* N° 16, 2o semestre, pp 5-24, 1983.

CAMARGO A.- Os Usos da História Oral e da História de vida: Trabalhando com Elites Políticas". In: *Dados - Revista de Ciências Sociais*. Vol 27, n° 1, pp. 5-28, 1984.

CAMINO L. - Análise Psicossocial dos Movimentos Sociais: Uma Perspectiva Marxista. In: A.L.

SCHLIEMAN & J.I. ROCHA FALCÃO (orgs.), *Anais do 1º Simpósio Brasileiro de Pesquisa e Intercâmbio Científico*. Recife, PE; Ed. UFPe, pp. 9-18, 1988.

CAMINO L. - Os Movimentos Sociais: A constituição de um Objeto Científico. Comunicação no *II Simpósio Brasileiro de Pesquisa e Intercâmbio Científico*. Gramado. Rs. Abril, 1989.

CAMINO L. e Del PRETTE A. - Ações coletivas e sua relação com o sistema de crenças. Comunicação no *III Simpósio Brasileiro de Pesquisa e Intercâmbio Científico*, Águas de São Pedro, SP, 26 à 30, Agosto, 1990.

CAMINO L., ISMAEL E.C., BRANDÃO C.S. The Social Representation of Social Class Differences. Comunicação na *II International Conference on Social Representations*, Rio de Janeiro, de 29 de Agosto a 01 de Setembro, 1994.

CAMINO L., ISMAEL E.C., OLIVEIRA L. e BRANDÃO C.S. - The Development of the Social Class Concept: A social Cognition Approach. Trabalho apresentado no *XVII Annual Meeting of the International Society of Political Psychology*. Santiago de Compostela, Galicia, Espanha, 12 à 15, Julho, 1994.

CASTELLES M. - *A questão urbana*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

COUTINHO R.L. - *Operário da Construção Civil: Urbanização migração e classe operária no Brasil*. Ed. Achiamé, R.J, 1975.

DI GIACOMO J. P. - Intergroup Alliances and Rejections within a Protest Movement. *European Journal of Social Psychology*, 10, 331-341, 1980.

EVERS T. et alii - *Movimentos de Bairro e Estado: Lutas na esfera da reprodução na América Latina*, R.J., 1985.

HAGUETTE, A. - Condições de vida e de Trabalho e Consciência de Classe, In: *Trabalho e Condições de Vida no Nordeste Brasileiro*, Ed. Hucitec/CNPq, SP, 1984.

HIRATA, H. - Movimentos Operários sob a Ditadura Militar In: "*Edgard Levenroth*" (Org.) Coletivo, 1980.

LE BON, G. - *Psychologie des Foules*. Paris, Felix Alcan. Lefcourt & Lawing, 1985.

- LEFCOURT & LAWING - The American Negro: a problem in expectancies. *Journal of Personality and Social Psychology*, 1, 377-380, 1965.
- MACHADO DA SILVA & RIBEIRO N.C. - Paradigma e Movimento Social. Por onde andam nossas idéias? In: *Ciências Sociais Hoje*. ANPOCS, Ed. Cortez, SP, 1985.
- MOSCOVICI S. - The Coming Era of Representations. Paper presented at *Aix-en-Provence*, July, 1981.
- PEREIRA F. - *Invasões urbanas e sua relação com o sistema de crenças na mobilidade e na mudança social: O caso da favela Beira-Molhada*. Dissertação, Mestrado em Psicologia, UFPB, 1993.
- REICHER, SD. - The St. Pauls' riot: an explanation of the limits of crowd action in terms of a social identity model In: *European Journal of Social Psychology*, 1984.
- RUDÉ, G. - *Ideologia e Protesto Popular*. Ed. Zahar, R.J., 1982.
- SADER, E. - *Quando novos personagens entraram em cena*. São Paulo, Paz e Terra, 1988.
- SCHERER-WARREN I. - O caráter dos novos movimentos sociais In: I. Scherer-Warren & Krischke (Orgs.) - *Uma revolução no cotidiano?: Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- SIGHELE, S. - *La Foule Criminelle*. Paris, Felix Alcan, 1898.
- SMELSER, N.J. - *Theory of Collective Behavior*. New York, Free Press, 1963.
- TAJFEL, H. - The Structure of our Views about Society. In H. Tajfel & C. Fraser (Eds.): *Introducing Social Psychology*. Harmondsworth, Penguins Book, 1978.
- TAJFEL H. - *Grupos Humanos e Categorias Sociais*. (Trad.) Lisboa, Livros Horizonte. Vol. I. Cap. 7. Estereótipos Sociais e Grupos Sociais. pp. 72-100, 1981.
- TARDE, G. - *Les Lois de L'imitation*. Paris, Felix Alcan, 1898.
- TARDE, G. - *L'Opinion et la Foule*. Paris, Felix Alcan, 1901.
- TOCH, H. - *The Social Psychology of Social Movements*. Methen & Co, London, 1966.
- VALA J. - Privation Relative Inter-Groupale, Identité Sociale et Action Sociopolitique. In: J.L. Beauvois (Ed.) *Perspectives, Cognitiones et Conduites Sociales*. Neuchâtel: Delachaux et Nieslé, 1993.
- VERDELHO, V. - Sinal dos Tempos: O Renascer do Movimento Sindical. In: *Retrato do Brasil*. Nº 18, Ed. Política, Rio de Janeiro, pp. 205-209, 1984.